

Editais de promoção abrem caminho para nomeação de novos promotores

Mais 22 editais foram publicados possibilitando ocupação de 12 vagas de 2ª Entrância e nove de 3ª Entrância. Projeto de lei espera aprovação da Alepe para nomeações em Promotorias que estão sem titulares já há alguns anos

O Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) publicou 22 editais de promoção, sendo um para procurador de Justiça, 12 editais de promotor de Justiça de 2ª Entrância e nove de 3ª Entrância, no Diário Oficial dos dias 5 e 6 de maio. Interessados têm o prazo de oito dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à segunda publicação dos editais para apresentar os pedidos de promoção, na Secretaria do Conselho Superior.

O Conselho Superior também publicou a lista de habilitados para 16 editais de remoção. As últimas movimentações na carreira se deram em fevereiro de 2016. O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, explica que essa movimentação permitirá a nomeação de mais 20 promotores de Justiça do concurso vigente. Essas nomeações já foram sinalizadas pelo procurador-geral em reuniões do Conselho Superior.

Remoção de 1ª Entrância – Em abril, o Projeto de Lei Complementar nº1310/2017 de autoria do MPPE foi enviado à Assembleia Legislativa de Pernambuco para alteração no artigo 45 da Lei Orgânica do MPPE (Lei Complementar nº12/1994) permitindo que os cargos de 1ª Entrância vagos há mais de 2 anos sejam oferecidos à remoção voluntária, por uma única vez, independente da sua última forma de



As últimas movimentações realizadas no MPPE aconteceram em fevereiro de 2016

provisamento. O procurador-geral ressalta que tão logo os deputados estaduais aprovelem o referido projeto de lei, será reencaminhada ao Conselho Superior do MPPE a proposta para remoção de 1ª Entrância, no total de 21 Promotorias de Justiça. Fato este que também possibilitará a nomeação de 21 promotores de Justiça.

A nomeação dos novos promotores é uma das principais necessidades do Ministério Público nos dias atu-

ais. Um estudo do MPPE apresentado ao governo do Estado aponta que os índices de violência nos municípios onde não há promotor são acima da média das cidades pernambucanas. “Com estas nomeações, será possível contribuir para diminuir a criminalidade no nosso Estado, o que é um dos nossos compromissos com a sociedade pernambucana”, salientou Francisco Dirceu.

Foto: Pixabay



Depredação em ônibus

MPPE realizou audiência em que foram propostas alternativas para reduzir o vandalismo nos coletivos da RMR em dias de jogos. **Pág. 3**

Cartilha nas escolas

Estabelecimentos de ensino são obrigados a ter publicação voltada para adolescentes envolvidos em medidas protetivas e socioeducativas. **Pág. 6**

Incidentes com tubarão

Promotoria de Meio Ambiente da capital fez uma série de recomendações a órgãos públicos para aumentar cuidados na orla da RMR. **Pág. 7**

Noronha adere à campanha

Distrito estadual de Fernando de Noronha é mais recente adesão ao projeto *Lixo, quem se lixa*, promovido pelo MPPE. **Pág. 8**

Foto: AMCS



Intolerância na berlinda

Audiência pública debateu preconceito contra religiões de matriz africana e o papel do Ministério Público no combate à prática. **Pág. 9**

Servidores reunidos

Encontro promovido pela Secretaria Geral contou com a presença de cerca de 500 servidores no Centro Cultural Rossini Alves Couto. **Pág. 10**

Foto: Pixabay



Gravatá

IPTU 2017 foi aumentado sem base legal. Prefeitura deve refazer cálculo. **Pág. 2**



Foto: AMCS

Cessão questionada

MPPE recomenda estudo sobre cessão de Fernando de Noronha. **Pág. 4**

EDITORIAL

Enfrentando as dificuldades

Não é novidade para ninguém que o País enfrenta uma crise sem precedentes. E o Ministério Público de Pernambuco não está isolado deste contexto. Ciente das dificuldades que atravessamos, a instituição faz a sua parte, apertando o cinto sim, mas sem deixar de cumprir suas atribuições para com a sociedade. Por isso se reveste de mais importância do que o normal a notícia da publicação de 22 editais de promoção, que estampa a capa desta edição do Panorama.

A notícia se torna mais relevante porque, diante de mais um dos reflexos da crise – a violência e os crescentes índices de criminalidade –, os editais de promoção abrem caminho para a nomeação de novos promotores, uma demanda que a sociedade pernambucana tem há alguns anos. Ainda mais porque estudos apontam que onde não há a presença do Ministério Público o crime se sente mais à vontade para semear o medo e a dor.

Há mais de um ano que não havia movimentações na carreira. Também por isso a iniciativa do Conselho Superior do MPPE ganha ainda mais relevância. Obviamente, será necessário esperar pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1310/2017, em tramitação na Assembleia Legislativa de Pernambuco, para que a nomeação dos novos promotores saia do papel e se concretize, levando para as cidades mais segurança e esperança de dias melhores.

Tenham todos uma boa leitura!
A Redação

GRAVATÁ

Prefeitura revoga IPTU 2017



Foto:AMCS

Promotor João Alves de Araújo foi autor da ação de improbidade administrativa que motivou a revogação do decreto

A Prefeitura de Gravata, no Agreste, revogou, no último dia 2 de maio, o Decreto nº 011/2017, que estabelecia aumentos na alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) considerados sem base legal pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) que ajuizou, em 11 de abril, ação de improbidade administrativa contra o prefeito Joaquim Neto. O antigo decreto foi substituído por um novo, de número 024/2017.

Antes da ação de improbidade administrativa, a Prefeitura de Gravata havia ignorado a Recomendação nº 002/2017, que apontava majoração no exercício 2017 do IPTU sem autorização do Poder Legislativo, o que caracterizava descumprimento da legislação vigente.

“Os imóveis tiveram os seus valores venais de forma abrupta e

em o respeito ao devido processo legislativo na Câmara Municipal, causando surpresa ao contribuinte/município, afrontando ainda o princípio da capacidade contributiva e o princípio do não confisco, todos mandamentos tributários constitucionais”, alegou, na ação ajuizada, o titular da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social de Gravata, João Alves de Araújo.

De acordo com tabela anexa à ação de improbidade administrativa, houve aumento de até 400% no valor venal do IPTU. Tanto a recomendação quanto a ação pediam que o valor do tributo fosse recalculado.

A denúncia que gerou as iniciativas do MPPE apontava que a atual gestão municipal havia atualizado os valores venais de todos os 70 mil

imóveis cadastrados em Gravata, por meio de um processo de georreferenciamento promovido em outubro de 2016, o que ocasionou a alteração integral do cadastro imobiliário municipal e a consequente majoração do tributo. O Ministério Público também recebeu vários contribuintes relatando o valor abusivo do valor do imposto, apresentando inclusive documentação comprobatória.

O MPPE consultou oficialmente a Câmara de Vereadores sobre a existência de algum projeto de lei com objeto de atualização da Planta Genérica de Valores, por meio do qual é efetuado o cálculo do IPTU, ou que atualizasse algum dispositivo do Código Tributário Municipal. Em resposta, a Câmara informou a inexistência de qualquer projeto nesse sentido.

EXPEDIENTE

JORNAL PANORAMA
Recife, 01 de abril a 15 de maio de 2017

Nº 87 – Edição digital

Ministério Público de Pernambuco – Procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros / **Subprocuradora-geral de Justiça em Assuntos Institucionais** Lúcia de Assis / **Subprocuradora-geral em Assuntos Admi-**

nistrativos Maria Helena da Fonseca Carvalho / **Subprocurador-geral em Assuntos Jurídicos** Clênio Valença Avelino de Andrade / **Corregedor-geral** Paulo Roberto Lapenda Figueiroa / **Corregedor-geral substituto** Renato da Silva Filho / **Ouvidor** Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti / **Secretário-geral** Alexandre Augusto Bezerra / **Chefe de gabinete** Paulo Augusto de Freitas Oliveira / **Coordenador de Gabinete** Petrucio José Luna de Aquino / **As-**

sessora Ministerial de Comunicação Social Evângela Andrade / **Jornalistas** Alana Moreira, Bruno Bastos, Izabela Cavalcanti, Miguel Rios, Rafael Sabóia e Wilfred Gadêlha / **Publicidade** Andréa Corradini e Leonardo MR Dourado / **Estagiários** Dayanne Dias e Diego Melo (Jornalismo) e Gabriel Buonafina (Publicidade) / **Apoio Administrativo** Bruna Vieira e Marli Cruz / **Repórter fotográfico** Stefano Cavalcanti / **JORNAL PANORAMA - Edição Mi-**

guel Rios / Wilfred Gadêlha **Projeto Gráfico** Leonardo MR Dourado / **Diagramação** Aluísio Ricardo / **Produção Executiva** Evângela Andrade / **Fotos** AMCS.

Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco – Rua do Imperador Dom Pedro II, 473 – Edifício Promotor de Justiça Roberto Lyna – Santo Antônio, Recife, PE – CEP 50.010-240 – Fones (81) 3303 1259 / 1279 Fax (81) 3303 1260 – imprensa@mpe.mp.br

ÔNIBUS

Depredação em dias de jogo em discussão

Os atos de violência e depredação nos meios de transporte público que acontecem em dias de jogos de futebol na capital pernambucana foram tema de audiência promovida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), em 10 de abril. O objetivo da conversa foi propor alternativas para reduzir os atos de depredação dos veículos, que se refletem em prejuízos para todos os usuários do sistema de transporte.

De início, o assessor jurídico do Sindicato dos Rodoviários, Arthur Wenberg, destacou que os casos de depredação aumentaram em razão da insegurança, que também repercute no aumento do número de assaltos aos coletivos. Para ele, se faz necessária a integração dos órgãos envolvidos para dar mais segurança aos usuários e trabalhadores.

Já o diretor-presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte (GRCT), Rui Rêgo, defendeu que sejam retomadas as fiscalizações da frota de ônibus, a fim de verificar se as câmeras de vídeo instaladas nos veículos estão funcionando e punir as em-

presas que estejam descumprindo as obrigações legais. Ele ainda sugeriu a realização de uma nova reunião, na sede do Consórcio, a fim de apresentar os programas e equipamentos de videomonitoramento existentes no órgão.

O representante do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Pernambuco (Urbana-PE), Bernardo Braga, afirmou, por sua vez, que não existe mecanismo legal de punição ao usuário de ônibus que comete atos de depredação dos veículos e propôs a realização de campanhas educativas, em parceria com as Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco e do Recife, a fim de levar palestras sobre a cidadania no uso do transporte coletivo às escolas. Por fim, ele salientou que existem quase 3.000 veículos equipados com câmeras de monitoramento e que as imagens são encaminhadas à Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) mediante solicitação.

Sobre o envio das imagens, o major Alano Araújo, da PMPE, explicou que o ideal seria a disponibilização do material de forma

imediate, e não após os atos de depredação. Segundo ele, especificamente em relação aos dias de jogos de futebol, seria necessária a cooperação da Federação Pernambucana de Futebol para realizar o cadastramento dos torcedores quando da aquisição dos ingressos.

A presidente da Federação dos Usuários de Transportes, Renilda Maria, pontuou que as câmeras

instaladas dentro dos coletivos deveriam ser interligadas com uma central da PMPE, a fim de garantir o monitoramento em tempo real.

Ao final da reunião, o promotor de Justiça Humberto Graça informou que será realizada uma nova reunião, com a convocação da Federação Pernambucana de Futebol, para aprofundar os temas debatidos.



CARTÃO VEM

Reunião debate problemas

Novo modelo de bilhetagem no transporte público, demissões e relocações dos trabalhadores que exercem a função de cobrador de ônibus foram os assuntos discutidos em reunião promovida pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), em 17 de abril. A audiência contou com a presença do presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Pernambuco (Urbana-PE), do secretário Estadual das Cidades Francisco Papaléo e de representantes do Grande Recife Consórcio de Transporte (GRCT).

Os presentes discutiram as queixas de usuários quanto à adoção ex-

clusiva do cartão VEM em algumas linhas de ônibus e as alegações da falta de informações sobre a mudança do serviço. Segundo o promotor de Justiça de Transportes, Humberto Graça, “o problema não é o modelo, é a implantação, existem falhas nos procedimentos de migração do modelo”.

De acordo com Humberto Graça, os representantes da Urbana-PE, Secretaria das Cidades e GRCT se comprometeram a sanar os problemas apontados pela população até o dia 22 de maio, quando será realizada uma nova reunião para avaliar os resultados das mudanças sugeridas pelos empresários.

VISITAS ADMINISTRATIVAS

Secretaria Geral nas sedes

A Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) concluiu, no dia 7 de abril, o ciclo de visitas administrativas iniciado em 23 de março. Ao todo, as 14 sedes de Circunscrições Ministeriais foram visitadas pelo secretário-geral Alexandre Bezerra.

“O próximo passo agora é sistematizar as demandas e trabalhar para atendê-las. O que não exigir aporte financeiro será solucionado de imediato, enquanto se criam alternativas para resolver as demais demandas”, destacou Bezerra. O secretário-geral esteve nas cidades de Salgueiro (Sertão Central), Petrolina (Sertão do São Francisco), Afogados da Ingazei-

ra (Sertão do Pajeú), Serra Talhada (Pajeú), Arcoverde (Sertão do Moxotó), Garanhuns (Agreste Setentrional), Caruaru (Agreste Central), Palmares (Zona da Mata Sul), Cabo de Santo Agostinho (Região Metropolitana do Recife), Olinda (RMR), Nazaré da Mata (Zona da Mata Norte), Limoeiro (Agreste Setentrional), Vitória de Santo Antão (Zona da Mata), e Jaboatão dos Guararapes (RMR). As visitas administrativas integram um pacote de ações desenvolvidas para democratizar e descentralizar a administração no Ministério Público de Pernambuco.

FERNANDO DE NORONHA

Contrato de cessão de distrito em xeque

Vinte e nove anos após o Distrito Estadual de Fernando de Noronha ter sido reincorporado ao patrimônio do Estado de Pernambuco, conforme determinou a Constituição Federal de 1988, ainda existem desconcompassos na definição das atribuições e responsabilidades do Estado de Pernambuco e da União, tendo em vista que parte do arquipélago integra o Parque Nacional Marinho, gerido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A fim de esclarecer as competências de cada ente federativo, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Procuradoria Geral do Estado (PGE) que elabore um parecer técnico sobre a constitucionalidade de Contrato de Cessão de Uso firmado entre Estado e União, mencionado na Portaria nº311/2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 12 de julho de 2002.

Segundo o promotor de Justiça com atuação no Distrito Estadual de Fernando de Noronha, André Rabelo, o MPPE realizou um estudo, através da equipe do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caop Meio Ambiente), e entendeu pela inconstitucionalidade do

contrato. “Por essa razão, o MPPE, na qualidade de fiscal da lei, está recomendando que o administrador do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Luís Eduardo Cavalcanti Antunes, se abstenha de renovar o contrato ou firmar um novo até que a questão seja contemplada pela PGE”, afirmou André Rabelo.

De acordo com o promotor de Justiça, o Ministério Público pressupõe que a elaboração de um parecer técnico da PGE é essencial para orientar a atuação das autoridades estaduais em razão da insegurança jurídica do contrato firmado em 2002, que poderia até ser alvo de contestação judicial. “A administração distrital não pode assinar contrato enquanto não houver parecer da PGE. E a União não pode, no nosso entendimento, fazer um contrato de cessão para que o Estado de Pernambuco use um patrimônio que já é seu. Seria como o dono de um apartamento pagar um aluguel pra viver na sua própria casa”, complementou André Rabelo.

De acordo com o texto publicado no DOU, o referido contrato autoriza a cessão de uso, ao Estado de Pernambuco, de imóvel constituído “pelas benfeitorias de domínio da União e por terrenos de marinha, acrescidos de marinha e nacio-



Foto:AMCS

Arquipélago de Fernando de Noronha voltou a ser de Pernambuco em 1988

nais interiores”, correspondentes a uma área total de aproximadamente 5,76 quilômetros quadrados. O Estado de Pernambuco fica autorizado, no artigo 4º do contrato, a auferir receitas dos ocupantes da Ilha de Fernando de Noronha; porém, o artigo 5º impõe a obrigação de o Estado efetuar pagamento mensal à União pelo uso de áreas destinadas à execução de empreendimentos de fim lucrativo.

“Mesmo que o Estado não acate a recomendação, o MPPE poderá agir em defesa dos interesses dos moradores de Fernando de Noronha, já que a ilha tem um déficit habitacional enorme e vários

outros problemas referentes à saúde, educação e demais direitos fundamentais. E quando não há uma definição sobre a quem recorrer, a população fica desorientada e desassistida”, alertou o coordenador do Caop Meio Ambiente, promotor de Justiça André Felipe Menezes.

Por fim, além de solicitar a elaboração de parecer pela Procuradoria Geral do Estado, o MPPE também recomendou ao administrador do Distrito Estadual de Fernando de Noronha que requirite à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a apresentação de um mapa demonstrativo das benfeitorias que fazem parte do contrato de cessão firmado em 2002.

AUTISMO

Mais profissionais no Recife

Mais profissionais A Secretaria de Educação do Recife nomeou 100 novos auxiliares de Desenvolvimento Infantil (ADI) e 100 agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE), atendendo à recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para garantir a efetiva inclusão escolar de alunos com deficiência. O resultado foi obtido mediante a atuação extrajudicial do Ministério Público.

O município do Recife dispõe de cargos para professores da educação especial e AADEEs criados e que há um concurso vigente, com lista de aprovados aguardando apenas a nomeação. Por isso, o MPPE recomendou o

secretário de Educação do Recife, em fevereiro.

A partir do trabalho integrado entre as Promotorias de Defesa do Patrimônio Público (26ª) e da Educação (29ª) da Capital, atuou, de forma resolutiva e extrajudicialmente junto à Secretaria de Educação do Recife, para garantir que os alunos com deficiência tenham a atenção que merecem, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ao dispor sobre o direito à educação, elenca vários meios de que dispõe o poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o sistema educacional inclusivo.

PAULISTA

De olho na atenção em saúde

Em razão da queda de desempenho do município do Paulista no programa de controle da hanseníase e tuberculose, cujos indicadores passaram do conceito satisfatório para ruim segundo relatórios encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito Júnior Matuto e à secretária de Saúde, Fabiana Bernart, uma série de medidas para aumentar a eficiência do tratamento dos pacientes.

A primeira iniciativa recomendada pela promotora de Justiça de Defesa da Saúde e do Idoso do Paulista, Christiana Ramalho Cavalcante, é a descentralização do diagnóstico dos casos de hanseníase nas unidades de saúde.

Já em relação à tuberculose, a Secretaria de Saúde deve garantir o fornecimento de potes para coleta de escarro em todas as unidades de saúde, bem como otimizar a utilização de máquina específica para o teste rápido molecular para o diagnóstico da doença.



Foto:Pixabay

FORÇA-TAREFA

Investigação de violações na Funase

Um grupo de força-tarefa, constituído pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), acompanha os casos de grandes violações de Direitos Humanos nas unidades socioeducativas da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase). O grupo apura as responsabilidades pelos crimes ocorridos e vai adotar as devidas providências na esfera criminal. Para o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude), promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, como os problemas que estão ocorrendo perpassam por diferentes esferas, o MPPE reuniu várias frentes de atuação a fim de encontrar um caminho mais rápido para diminuir a crise aguda que aflige o sistema socioeducativo.

O coordenador do Caop Infância e Juventude se reuniu, em um primeiro momento, com o coordenador do Caop Criminal (promotor de Justiça Luís Sávio Loureiro) e, posteriormente, com o do Caop Patrimônio Público (promotor de Justiça Mavial Sousa). Essas reuniões contaram ainda com a promotora de Justiça de Vitória de Santo Antão, Vera Rejane Mendon-

ça, já que no dia 26 de março houve um homicídio na unidade do Case de Vitória de Santo Antão e, em 2 de abril, mais três. A atuação está sendo feita em apoio a todos os promotores de Justiça com atribuição na Infância e Juventude, inclusive os que já interuseram ações judiciais em várias Comarcas do Estado, a exemplo de Petrolina, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Timbaúba e Garanhuns.

Em paralelo, estão sendo feitas investigações na área criminal para apurar as mortes e, na área do patrimônio público, para averiguar desde a estrutura de pessoal à ausência de repasses para a construção de novas unidades, medida que consta em acordo já celebrado com o Estado e que é objeto de ação executória, o que minimizaria a questão da superlotação.

As inspeções na unidade de Vitória de Santo Antão já começaram a ser feitas, bem como as investigações para apurar os motivos dos crimes e quais as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo do Estado para evitar a repetição dos fatos. De acordo com o coordenador do Caop Infância e Juventude, as inspeções e

investigações serão estendidas a todas as unidades socioeducativas da Funase em Pernambuco (Recife, Jaboatão, Cabo, Abreu e Lima, Timbaúba, Vitória, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde e Petrolina), bem como às unidades de semiliberdade.

Em 27 de março, o MPPE publicou nota de repúdio quanto à situação do Sistema Socioeducativo em Per-

nambuco. Em 29 de março, o coordenador do Caop Infância e Juventude levou a situação ao conhecimento do Conselho Superior do MPPE para que, de uma forma conjunta, a Instituição se debruce sobre o tema, com a adoção de medidas urgentes em prol dos Direitos Humanos dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.



Foto:AMCS

Coordenador do Caop Infância e Juventude, promotor Luiz Guilherme Lapenda

CONCURSO

Promotores alertam Seres

Após tomar conhecimento de que a Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco (Seres) contratou o Centro Brasileiro de Pesquisas em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) para aplicar concurso público para o cargo de agente penitenciário, o Ministério Público de Pernambuco recomendou ao secretário Cícero Rodrigues a adoção de providências administrativas e legais para evitar a repetição dos vícios detectados pelo MPPE e pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no concurso da Polícia Civil.

Os promotores de Justiça de De-

fesa do Patrimônio Público da Capital alertam, em recomendação conjunta publicada no Diário Oficial em 31 de março, que o Cebraspe foi alvo de denúncias de diversos candidatos no processo seletivo da Polícia Civil.



BOMBEIROS

Atenção em seleção pública

Para evitar a repetição dos eventos que ocorreram no dia da aplicação da prova objetiva do concurso público para provimento do cargo de soldado da Polícia Militar de Pernambuco em 2016, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao governo do Estado que adote as providências administrativas e legais necessárias em face da contratação do Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco (IAUPE/CONUPE) para execução das etapas do concurso, com a finalidade do provimento de 300 cargos de praça do Corpo de Bombeiros.

A recomendação conjunta foi as-

sinada pelos promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital, Ana Joêmia Rocha, Áurea Vieira, Eduardo Cajueiro, Luciana Dantas e Lucila Varejão. O MPPE destaca os fatos ocorridos em 29 de maio de 2016, dia da aplicação da prova objetiva do concurso da PM, que ensejaram denúncias por parte dos candidatos que se sentiram lesados em face da desorganização em alguns locais de prova. O inquérito civil nº56/2016 tramita na 27ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público para averiguar se o acontecido em 2016 foi capaz de comprometer a legalidade dessa etapa do certame.

Cartilha vira obrigatória nas escolas

Desde a promulgação da Lei Estadual nº 16.003/2017, as escolas públicas e privadas de Pernambuco têm a obrigação legal de possuir, no mínimo, dois exemplares da cartilha *E agora? Perguntas e respostas sobre as medidas socioeducativas*, elaborada e disponibilizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE). A publicação é gratuita e pode ser baixada no site www.mppe.mp.br, menu Comunicação > Campanhas.

Segundo a lei, as instituições de ensino devem ainda afixar, em locais de fácil visualização, cartazes informando que a escola dispõe dos exemplares da cartilha elaborada pelo MPPE. Em caso de descumprimento da lei, os estabelecimentos particulares estarão sujeitos a advertência e aplicação de multas, que vão de R\$ 1 mil, caso seja a primeira infração, a até R\$ 10 mil, se houver duas reincidências. O governo do Estado vai regulamentar as medidas para que a lei seja aplicada e cumprida.

Para o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude (Caop Infância e Juventude),



Foto:AMCS

promotor de Justiça Luiz Guilherme Lapenda, a publicação visa passar informações à população de forma direta e clara para que os adolescentes envolvidos em medidas protetivas ou socioeducativas possam compreender o processo e exercer seus direitos, bem como os seus familiares e responsáveis.

O conteúdo da publicação foi elaborado pela promotora de Justiça Ana Carolina de Sá Magalhães, que já esteve à frente do Caop Infância e Juventude. De acordo com ela, a ideia de elaborar a cartilha surgiu a partir da vivência diária com os casos de atos infracionais.

“A gente sempre via que os adolescentes e suas famílias passavam pelo processo judicial sem ter noção das etapas, como se fosse uma mera formalidade. Em muitos casos, o trabalho de ressocialização não ocorria da forma que deveria”, relatou a promotora.

Na cartilha o público poderá se informar sobre qual é o papel do Ministério Público na área da Infância e Juventude, quais medidas protetivas podem ser adotadas para salvaguardar os direitos dos menores de 18 anos e como se dá a investigação dos atos infracionais, bem como a aplicação das

medidas socioeducativas.

Além disso, os adolescentes que estiverem passando por essa situação e seus familiares terão à disposição um material de consulta sobre questões como liberdade assistida, internação, atendimento pelo MP, audiências e acompanhamento especializado.

As publicações elaboradas pelo Caop Infância e Juventude, bem como material informativo e postagens sobre a atuação dos promotores de Justiça da área podem ser encontradas na página Infância e Juventude MPPE, no Facebook.

BOM PASTOR

Mutirão por pena domiciliar

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio de ação da 19ª Promotoria de Justiça de Execuções Penais, reuniu-se, em 12 de maio, com reeducandas da Colônia Penal Feminina do Recife (Bom Pastor) enquadradas nos requisitos estabelecidos no Decreto da Presidência da República que concede indulto e comutação de penas às mulheres presas por ocasião do Dia das Mães. Dezessete pareceres das detentas do Bom Pastor avaliados como favoráveis pelo MPPE foram entregues ao juiz da 1ª Vara de Execuções Penais da Capital.

Conforme o artigo 1º do decreto, será concedido o indulto

às mulheres que, até 14 de maio de 2017, atendessem aos seguintes requisitos: não tenham sido punidas por falta grave e se enquadrem, no mínimo, em uma das hipóteses listadas, a exemplo de mães ou avós condenadas por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, que possuam filhos, nascidos ou não dentro do sistema penitenciário, de até 12 anos ou de qualquer idade se pessoa com deficiência, desde que cumprido um sexto da pena. Ou que estejam com gravidez de risco; sejam consideradas pessoas com deficiência; ou acima de 60 anos e abaixo de 21 anos, desde que cumprido um sexto da pena.

CASO TÁSSIA MIRELLA

MPPE denuncia acusado

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) ofertou à 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital denúncia contra Edvan Luiz da Silva pelas práticas de estupro (artigo 213 do Código Penal) combinada com homicídio quadruplicamente qualificado, conforme os incisos III (emprego de meio insidioso ou cruel), IV (à traição, de emboscada ou outro meio que dificulte a defesa do ofendido), V (para assegurar ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime) e VI (feminicídio) do artigo 121 do Código Penal, contra Tássia Mirella de Sena Araújo. Ela foi morta dentro do apartamento onde morava, no bairro de Boa

Viagem, no dia 5 de abril.

A promotora de Justiça Christiana Ramalho ainda posicionou-se favoravelmente à manutenção da prisão preventiva do denunciado.



Promotora Christiana Ramalho

Foto:AMCS

INCIDENTES COM ATAQUES DE TUBARÃO

MPPE recomenda mais cuidados na orla

Preocupado com as deficiências dos serviços de acompanhamento e atendimento de urgência aos banhistas na orla do Recife, em especial nos casos de afogamentos e incidentes com tubarões, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou uma série de iniciativas para aumentar a segurança dos frequentadores das praias da capital pernambucana. De acordo com a recomendação, todas devem ser efetivadas no prazo máximo de 30 dias.

Segundo o promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente da Capital, Ricardo Coelho, dados da Secretaria de Defesa Social apontam que entre 300 e 500 mil pessoas frequentam as praias da Região Metropolitana do Recife nos finais de semana. Esse público estaria exposto em razão da falta de ações educativas, esparsa sinalização dos pontos de risco e baixo efetivo do Grupamento de Bombeiros Marítimo (GBMar).

O MPPE recomendou ao governo do Estado que realize concurso para atender demanda existente do GBMar, o que, segundo resposta enviada pelo Corpo de Bombeiros, está

sendo providenciado com a abertura de certame. O Estado também deve promover campanhas publicitárias e trabalhos de educação ambiental a fim de orientar os banhistas e praticantes de esportes aquáticos a fim de prevenir acidentes.

Outra medida recomendada foi a análise, por parte do Estado, de instituir pensão, além de programa de amparo às pessoas envolvidas em incidentes com tubarões.

O MPPE recomendou ao Corpo de Bombeiros que aumente o número de postos fixos de guardavidas, bem como disponibilize ao GBMar barcos e jet skis equipados com repelentes eletrônicos de tubarões. Também devem ser reformulados os procedimentos de socorro às vítimas fora da água e providenciada área adequada para o pouso de helicóptero na orla.

Ao serviço de salvamento do GBMar, o MPPE recomendou aumentar a quantidade de boias de sinalização no mar e de bandeiras vermelhas em terra a fim de delimitar as áreas de risco e empregar o poder de polícia para evitar a presença de banhistas e praticantes de esportes

em áreas de risco.

Outra medida apontada pelo promotor é a instalação de telas de proteção nos pontos da orla onde há correntes de retorno. O Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarão (Cemit) deverá realizar estudos para analisar a viabilidade de instalar os equipamentos.

Já ao município do Recife, o MPPE recomendou criar um grupo de salvamento para atuar nas praias,

além de promover o ordenamento urbano a fim de delimitar as áreas para banho e práticas esportivas. Por fim, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) devem atuar, dentro de suas atribuições, para evitar o descarte de resíduos em corpos de água e no mar, que contribuem para o desequilíbrio ambiental e o aumento nos casos de ataques de tubarão.



Foto:AMCS

Promotor Ricardo Coelho quer mais segurança para frequentadores das praias

PETROLINA

Carne imprópria apreendida

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou em conjunto com Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Adagro), Agência Municipal de Vigilância Sanitária de Petrolina (AMVS), Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (Ipem-PE), Polícia Militar (PM), Guarda Municipal e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, no dia 6 de abril, uma operação de fiscalização de comércio/abate/acondicionamento de carnes em mercados, feira livre e frigorífico em Petrolina. A Polícia Civil ficou de sobreaviso durante a operação.

Foram apreendidos cerca de 740 kg de produtos de origem

animal, como carnes, aves, queijos salsichas, mortadelas, entre outros - 450 kg só de carne bovina, caprina, ovina e aves.

Há um procedimento tramitando no MPPE, no qual foi expedida uma recomendação para a fiscalização de comércio/abate/acondicionamento de carnes. “A operação foi resultado dessa recomendação”, explicou a promotora de Defesa do Consumidor de Petrolina, Ana Cláudia Sena de Carvalho. A atuação do MPPE está alinhada com o programa Carne de Primeira, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.

POLUIÇÃO SONORA EM OLINDA

MPPE cobra Prefeitura

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), na figura da titular da Promotoria de Defesa da Cidadania de Olinda, promo-



Foto:AMCS

Promotora Belize Câmara

tora Belize Câmara, recomendou que a Prefeitura de Olinda intensifique a fiscalização das casas de show e oriente seus proprietários sobre as atividades permitidas, no âmbito da Lei Municipal nº 4849, que regulamenta o uso e a ocupação do solo no Sítio Histórico, nas ruas da Cidade Alta. A deliberação foi uma das que ganharam forma durante a audiência pública sobre a poluição sonora na área preservada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (Unesco), na tarde da quinta-feira 11 de maio. “O ponto nevrálgico é a fiscalização”, destacou Belize Câmara, durante a audiência.

LIXO, QUEM SE LIXA?

Noronha assina TCA de resíduos sólidos

O distrito estadual de Fernando de Noronha é, desde 20 de abril, a mais recente adesão ao projeto *Lixo, quem se lixa?*, elaborado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), mediante a celebração de Termo de Compromisso Ambiental (TCA). O projeto, que já foi adotado por 124 municípios pernambucanos, visa ao ajuste de conduta para aplicação e indução, contínuas e ininterruptas, das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos para adequar lixões, melhorar os serviços de coleta de lixo e estimular a realização da coleta seletiva e um manejo adequado dos resíduos sólidos.

Representaram o MPPE o promotor de Justiça de Fernando de Noronha, André Rabelo, e o coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caop Meio Ambiente), promotor de Justiça André Felipe Menezes.

Com a assinatura do TCA, o administrador do distrito, Luiz Eduardo Antunes, se compromete a empreender medidas com a finalidade de cumprir as Políticas

Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos, como elaborar, aprovar, manter atualizado e operacionalizar o Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; adequar a estrutura e operação da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos; implementar coleta seletiva e o estímulo e fomento objetivos à separação dos resíduos; implementar sistema de compostagem descentralizada pela população e diretamente pelo distrito; identificar e notificar os setores obrigados à elaboração e à implementação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de sistemas de logística reversa; criar Comissão Interna Permanente de Gestão Ambiental e a aderir ao programa governamental A3P; implementar ações educativas na área ambiental; promover a capacitação de servidores públicos quanto às ações práticas ligadas aos resíduos sólidos; adotar medidas que levem às compras e contratação de serviços sustentáveis, assim como à minimização do uso de embalagens, sacolas plásticas e descartáveis.

Segundo André Felipe Menezes, o compromisso assinado por



Foto:AMCS

Assinatura do Termo de Compromisso Ambiental foi realizada em 30 de abril

Fernando de Noronha carrega um simbolismo forte, uma vez que o arquipélago representa um cartão-postal pernambucano e brasileiro. “O TCA vai incrementar a valorização natural de Fernando de Noronha, que tem no turismo de natureza sua principal fonte econômica”, comentou.

Já André Rabelo lembra que o TCA foi adaptado às várias peculiaridades de Fernando de Noronha.

“A coleta seletiva, por exemplo, inexistente em Noronha atualmente”, pontuou o promotor.

O administrador do distrito ressaltou a construção coletiva do TCA e das iniciativas derivadas dele quanto ao manejo do lixo produzido na região. “Não assinamos algo pronto. Construímos junto com o MPPE”, adiantou.

RECIFE

Mais proteção contra incêndios

A falta de proteção contra incêndio e pânico nas creches e escolas da rede municipal do Recife será acompanhada pela 27ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital. O inquérito civil nº018/2017 foi instaurado no Patrimônio Público para apurar o não cumprimento pela administração municipal das exigências previstas na Lei Estadual nº11.186/1994, uma vez que desde 2014 a Prefeitura da Cidade do Recife se comprometeu a regularizar a situação junto à 28ª Promotoria de Justiça, com atuação na Educação. O inquérito foi publicado na íntegra no Diário Oficial de 18 de abril.

No final de março, a 28ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, com atuação na Educação, re-

comendou ao município do Recife, por meio da Secretaria Municipal de Educação, que, de imediato, adote as providências necessárias para a regularização das medidas de proteção contra incêndio e pânico nas 309 (todas) unidades educacionais da rede municipal de ensino, conforme os termos da Lei Estadual nº11.186/1994, regulamentada pelo Decreto Estadual nº19.644/1997.

Foto:Pixabay



ADAGRO

Produtos inadequados em lista

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à Agência Estadual de Defesa e Fiscalização Agropecuária (Adagro) para tornar público, no prazo de 30 dias, em seu site oficial, listagem informando todos os produtos, inclusive hortifrutigranjeiros e produtos de origem animal, que tiveram sua comercialização suspensa, interrompida ou ainda a sua análise reprovada. A atualização das informações na página deve ser diária.

Também deverá constar no site da agência uma listagem com todas as empresas que possuem registro na Adagro e que estejam com sua licença válida, informan-

do a data de vencimento dos referidos documentos.

A recomendação foi publicada no Diário Oficial do dia 26 de abril.



Foto:Pixabay

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Intolerância religiosa debatida no MPPE

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou audiência pública sobre o seu papel no enfrentamento à intolerância religiosa em relação aos cultos de matriz africana, com a participação de mais 160 pessoas, entre lideranças religiosas, promotores, procuradores de Justiça e servidores do MPPE, Polícias Civil e Militar, parlamentares e sociedade civil. Realizada no Centro Cultural Rossini Alves Couto, em 18 de abril, a reunião teve como objetivo ouvir os interessados sobre as demandas sociais, identificar possibilidades e construir alternativas de atuação institucional acerca dessa temática.

O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, reafirmou o compromisso integral com a cidadania, sempre no movimento de ir em busca de uma sociedade livre, solidária e sem preconceito. A conselheira da Rede de Mulheres de Terreiro de Pernambuco Vera Baroni, destacou que os povos de terreiro são cidadãos deste Estado Laico e que representantes das religiões de matriz africana estavam nessa audiência para defender os seus interesses pela liberdade de crença e cultos religiosos.

O desembargador do Tribunal de



Foto:AMCS

Cerca de 160 pessoas se fizeram presentes à audiência pública, realizada em 18 de abril, no Centro Cultural Rossini Alves Couto

Justiça da Bahia (TJ-BA) Livaldo Britto explanou sobre os registros históricos legais de defesa da prática religiosa e falou um pouco sobre a atuação como promotor de Justiça no combate ao racismo e à intolerância religiosa. Britto pontuou temas como a sacralização dos animais, a regularização fundiária dos terreiros, entre outros.

No espaço para a fala dos participantes, o substancial número de 69 inscritos. Entre eles, Pai Edson, da Casa de Omulu de Olinda, recentemente condenado por poluição sonora, um episódio que causou polêmica e

que motivou a vinda ao MPPE de vários representantes da religião de matriz africana, em janeiro, para solicitar essa audiência pública. Pai Edson destacou que estava ali para exigir respeito e que a audiência fosse um momento de aprendizado e sensibilização para os que fazem o MPPE.

Os inscritos manifestaram o sofrimento que passam no cotidiano, como atitudes preconceituosas de outros cidadãos, bem como por instituições públicas, além das inúmeras dificuldades em exercer livremente e em paz a prática religiosa tão demonizada

pela sociedade ao longo da história.

O promotor Westei Conde ressaltou que seria dado encaminhamento às demandas apresentadas na audiência, conforme previsto no edital de convocação. Já o coordenador do Caop Cidadania, Marco Aurélio Farias, destacou a importância desses momentos que enriquecem o debate. Por fim, a coordenadora do GT Racismo do MPPE, procuradora Maria Bernadete Figueiroa, ressaltou a importância das manifestações apresentadas pelos participantes quanto à atuação do sistema de Justiça, em especial do MPPE.

QUESTÃO INDÍGENA

MPPE ouve demanda Pankararu

A comunidade indígena Pankararu se mobilizou para receber o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), em 19 de abril, na zona rural do município de Tacaratu. Os indígenas se reuniram com o promotor de Justiça José da Costa Soares para apresentar suas demandas, conhecer como a instituição pode atuar para resguardar os direitos dos povos indígenas e celebrar o Dia Nacional do Índio, comemorado em 19 de abril.

De acordo com o promotor de Justiça, os líderes pankararus expressaram suas preocupações quanto a disputas de terras com posseiros, assunto que está sendo

apreciado na Justiça Federal.

Outro assunto abordado foi a educação pública. Segundo os Pankararus, é comum que os professores aprovados em concurso não tenham formação específica em cultura e história indígenas.



Foto:AMCS

POVO CIGANO

Encontro discute preconceito

Para ampliar a discussão sobre as demandas sociais dos povos ciganos, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) promoveu um segundo encontro, na quinta-feira 11 de maio, com a participação dos Caops de Cidadania e Saúde, GT Racismo do MPPE, Ministério Público do Trabalho, Secretarias de Educação, Justiça e Direitos Humanos, Saúde, Meio Ambiente e segmentos sociais.

Na ocasião, o presidente de Associação dos Ciganos de Pernambuco (Acipe), Enildo Soares, apresentou um relatório com demandas na área da Saúde, Educação e Jus-

tiça e Direitos Humanos para análise do MPPE, MPT e das demais Secretarias presentes à audiência. Já a representante do segmento feminino dos ciganos, Elizângela Cavalcante, pontuou o preconceito que as mulheres ciganas sofrem ao irem à cidade, bem como o desemprego e a culpabilidade de qualquer infração ser atribuída aos ciganos.

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos vai promover o Seminário sobre a Situação Atual da Comunidade Cigana em Pernambuco: desafios e perspectivas para o futuro, no dia 24 de maio, às 14h, na praça do Arsenal, s/n, no Recife.

Reunião inédita discute orçamento 2017

Cerca de 500 pessoas compareceram, na manhã dessa quinta-feira 4 de maio, à primeira reunião promovida pela Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) com os servidores da instituição. A iniciativa inédita na história da instituição aconteceu no auditório do Centro Cultural Rossini Alves Couto, em Santo Amaro, e já gerou frutos: ficou acertado que encontros do gênero serão realizados periodicamente.

O secretário-geral Alexandre Bezerra apresentou aos servidores presentes um diagnóstico da situação financeira e administrativa do MPPE, que classificou de “crise sem precedentes”, que, segundo ele, será solucionada com “criatividade”. A explanação de Bezerra foi antecedida por uma mensagem em vídeo do procurador-geral de Justiça Francisco Dirceu Barros, na qual elencou alguns avanços já obtidos nos pouco mais de três meses no cargo. “Temos lutado por melhorias e aprimoramento do processo democrático do Ministério Público”, destacou Francisco Dirceu no vídeo.

De posse de números que apontam



Foto:AMCS

Números do orçamento do Ministério Público foram apresentados na reunião

a situação deficitária do MPPE no exercício de 2017, Alexandre Bezerra salientou, diante do auditório lotado, que o PGJ determinou “que as demandas que não têm impacto financeiro feitas pelos servidores sejam atendidas”, como a ampliação de 4 para 16 dias do prazo obrigatório de comparecimento à Junta Médica Estadual, cujo projeto de lei será encaminhado à Assembleia Legislativa, assim como o estudo para a regulamentação do teletrabalho. “Vamos implantar um projeto piloto e, obtendo êxito, implantar em todo o Estado”, assegurou o secretário-geral, lembrando a criação

de metas e critérios para o teletrabalho. Bezerra também anunciou que está em análise a criação da Gerência de Saúde do MPPE, que será responsável pela perícia médica, acolhimento e acompanhamento de membros e servidores. O secretário-geral lembrou o servidor Mucio Tavares dos Santos Filho, falecido no fim de abril, homenageado durante o evento. “Não podemos deixar que nossos servidores adoçam. Essa gerência é um compromisso da gestão”, enfatizou. A apresentação das medidas de redução de custos foi outro ponto re-

levante da reunião. O contingenciamento engloba três eixos: otimização dos custos básicos, a racionalização das despesas de custeio e a priorização de projetos com retorno financeiro. Efetivadas essas ações, a economia em quatro áreas essenciais do MPPE será da ordem de R\$ 9.382.837,18. Na opinião do secretário-geral, o mais importante da reunião foi o caráter democrático. “Franqueamos a palavra a qualquer servidor ou servidora que quisesse perguntar algo. Estamos avaliando as proposições e sugestões feitas e buscando alternativas para atender os pleitos justos, incluindo aí o reajuste salarial”, pontuou. **Campanha** – Ficou a cargo do secretário-geral adjunto, Gustavo Lima, a apresentação da campanha Cada Atitude Conta, que visa estimular a adoção de pequenos gestos cotidianos que impactam na economia de recursos, como desligar os monitores dos computadores ou utilizar a luz natural sempre que possível.

RAE analisa e valida ciclo 2018-2023 para MPPE

A 11ª Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE) reuniu membros e servidores do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para um balanço do portfólio 2013-2017 de projetos que a Instituição desenvolve e a proposição de novas iniciativas que farão parte da Gestão Estratégica para o ciclo 2018-2023. O procurador-geral de Justiça, Francisco Dirceu Barros, presidiu as discussões que ocorreram em 24 de abril, no Salão dos Órgãos Colegiados, no Edifício Roberto Lyra, na Rua do Imperador.

Foram aprovados pela mesa diretora cinco novos projetos estratégicos no âmbito interno do MPPE. São eles: adequação do MPPE ao eSocial, Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Programa de Teletrabalho, Projeto Executivo de Gestão

Estratégica 2018-2023 e Projeto de Estruturação das Promotorias de Justiça.

Também foram apresentados indicadores, percentuais e análises sobre os principais projetos que o MPPE já executa em prol da sociedade pernambucana (Atenção Básica à Saúde, Pacto dos Municípios, Pernambuco Contra o Crack, Admissão Legal, Lixo: Quem se Lixa? e Controle à Vista), com dados sobre êxitos, dificuldades e aprimoramentos.

Os presentes ressaltaram a importância dos painéis de contribuição e das oficinas de trabalho para o desenvolvimento dos projetos, já que a experiência das atividades têm sido mensuradas como bastante proveitosas pelos integrantes do MPPE.

Dentro do plano de ações para o ciclo 2018-2023, está não só a determi-



Foto:AMCS

Reunião realizou avaliação das atividades no MPPE nos últimos quatro anos

nação de seguir as diretrizes da resolução nº 147 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), como pesquisar projetos estratégicos de outras instituições públicas para coletar experiências proveitosas que se adaptem ao MPPE.

Membros, servidores e sociedade também serão ouvidos para elaborar e

aprimorar projetos estratégicos. Outro fator importante conseguido com o conhecimento adquirido no ciclo 2013-2017 foi mensurar os dados e indicadores dos projetos e, com isso, ter controle do que o MPPE produz e apresenta como resultados ao público pernambucano, avaliando, de maneira prática e real, o desempenho institucional.



BICENTENÁRIO REVOLUÇÃO REPUBLICANA

1817 • 2017

- ▲ Compreender a história é um passo importante para refletir sobre o presente.

A Revolução Republicana de 1817 é um marco não só para Pernambuco, mas também para o Brasil. Sua defesa intransigente da liberdade, da ética e dos direitos da cidadania são essenciais para refletir sobre as questões atuais de nossa sociedade.

Em comemoração à data, o Ministério Público de Pernambuco irá promover uma série de reportagens impressas, na WebTV MPPE em Foco e também diálogos sobre a Revolução.

Confira a programação, acompanhe as matérias sobre o momento que transformou significativamente a história de Pernambuco e do Brasil.

